



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009862-58.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **MURILO DA SILVA**
Requerido: **TIM CELULAR S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou manter com a ré plano pré-pago para a utilização de linha telefônica, recebendo ligação da mesma em que lhe foi oferecido outro plano.

Alegou ainda que mesmo não se interessando por ele, passou a receber faturas que pagou para não ser negativado, mas agora almeja à devolução do montante que despendeu.

A ré não contestou especificamente os fatos articulados pelo autor e tampouco amealhou elementos concretos que evidenciassem a legitimidade da contratação supostamente realizada para a migração de plano e, por via de consequência, das cobranças que levou a cabo.

Disponha de condições para tanto, mas não o fez.

Dessa maneira, fica patente que os pagamentos implementados pelo autor, com o propósito de evitar sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito, não tinham lastro a sustentá-los, de sorte que sua restituição é de rigor para evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré em detrimento do mesmo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autora a quantia de R\$ 98,70, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2014 (época do início das cobranças indevidas pela ré), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**